

Discussões sobre história e memória na Análise de Discurso e na História

Maria Cleci Venturini

Das necessidades, das diferenças, dos funcionamentos

A Análise de Discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso (Orlandi, 1996 [2004, p. 36-37])

A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento; não é um documentário fotomontado e não faz ver o passado ‘em directo como se você tivesse lá estado’. (VEYNE, 1971, [2008, pp. 13¹])

Os sujeitos filiados à Análise de Discurso, e também inscritos na Linguística - ciência a partir do corte epistemológico realizado por Saussure - inquietam-se diante dos funcionamentos da memória na escuta discursiva que resulta do trabalho da língua, fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, constitutivo do homem e de sua história e na História, segundo Veyne (1971 [2008, p. 17]), “nada mais do que uma narrativa verídica”. Vale destacar, desde o início, que a história de que trata Veyne (1971) [2008]), se inscreve na nova história que escapa à longa duração. Essa história, de acordo com Le Goff (1978 [1993, p.7]), se desvincula da política e das estruturas, acarreta transformações profundas as quais, de acordo com Le Goff (1978 [1993, p. 7]), “restauram o direito à cidadania na história”, sendo desenvolvida por historiadores como Pierre Nora, Georges Duby, Jacques Revel e outros.

As epígrafes com que iniciamos o nosso texto sintetizam o trabalho realizado nos dois campos e sinalizam para o nosso objetivo com esse texto, que é pensar o funcionamento da história e da memória, na Análise de Discurso e na História. Sublinhamos, diante desse nosso propósito que tratar da língua na história não significa assumir a existência de uma dependência positiva com a história, mas reforçar que como disciplina ela instaura marcas de acontecimentos, de vivências e faz parte da formação social. Ancoramo-nos em Paul Henry (1984 [1997, p. 51-52]) para dizer que “[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido em cada caso”. Marcamos a interpretação como um ponto

¹ A tradução de Paulo Veyne (1971 [2008]), usada nesse texto, é portuguesa e estamos respeitando as diferenças ortográficas.

importante de convergência entre a Análise de Discurso e a História, sem desconsiderar as diferenças epistemológicas e metodológicas entre esses campos disciplinares.

Diante da História e da memória dentro e fora da Análise de Discurso, perguntamos: Quais os funcionamentos da memória e da história na Análise de Discurso? Para responder a essa questão discutimos, na Análise de Discurso, as relações da memória com a discursividade e o funcionamento da história, como o que sustenta o dizer e se relaciona com as condições de produção. Importa discutir, no que tange às condições de produção, as relações de sentidos determinados pela inscrição do sujeito em formações discursivas, suas posições ideológicas, as modalidades de identificação e condições sócio- históricas, conforme Pêcheux (1975 [1997, p. 160]). Agregamos também questões em torno da língua na história e das redes de memória dentro da teoria discursiva. Em relação à memória, na história, propomos verificar as particularidades da escrita da história, bem como os seus pressupostos.

A sustentação para essas discussões decorre dos pontos comuns entre a Análise de Discurso e a História e dos movimentos de interpretação nos dois campos disciplinares. Dessa forma, propomos discutir a noção de memória na Análise de Discurso e na História com vistas a verificar as diferenças e aproximações entre esses dois campos do conhecimento. Por fim, pretendemos realizar um movimento analítico que dê visibilidade ao funcionamento da memória e da história na Análise de Discurso e na História, desenvolvendo as noções convergentes e também as que possuem funcionamentos distintos.

A proposta consiste em trabalhar a história e a memória em um mesmo enunciado pela retomada o enunciado “A história julgará-recortando a posição sujeito presidente da república, no período da pandemia, considerando as posições sujeito analista de discurso e a posição-sujeito historiador, as quais realizam um gesto de interpretação para dar visibilidade aos domínios demandados em cada uma das abordagens (AD e História), colocando em suspenso o discurso que se realiza no confronto entre o simbólico e o político e a história em sua relação com a veracidade e com a objetividade. O recorte sobre o qual incidem as análises são declarações advindas de sujeitos de lugares distintos, quais sejam: OMS, por seu presidente; Luiz Henrique Mandetta – um dos ministros da Saúde em 2020 - e um jornalista – identificado como *Certo Jornalista de Porto Velho*.

Para dar conta dos nossos objetivos e responder a nossa questão de pesquisa, dividimos o nosso recorte em três blocos, estruturados em sete sequências discursivas (SD). Não visamos à exaustividade, mas destacar a produtividade desse enunciado que tem retornado constantemente em publicações midiáticas, muito em relação ao presidente, sinalizando para o embate e para o possível litígio. As epígrafes se constituem como espaços de interpretação,

sinalizando que nem tudo é passível de ser dito, por falta de espaço e, por vezes, por pecar pelo desejo de dizer tudo e instaurar efeito de transparência. Vale destacar, que dificilmente temos o consenso, mesmo que esse, conforme Orlandi (2010), seja fabricado. O recorte se dá no político, tendo em vista que a tomada de posição, conforme Orlandi (2012), nem sempre ocorre como enfrentamento ou litígio, mas como uma escolha, que resulta em uma discursividade², e um modo de resistir.

Análise de Discurso e a língua na história

[...] A história da ciência não é linear e não se produz sustentada só no eixo do tempo. A relação tempo/espaço faz parte do método de observação e, segundo o que temos praticado, quando falamos dessa história não “nos referimos [...] a uma história única, linear e universal (Auroux, 1989), pois a consequência seria de pensar que há lugares e tempos, em que não passaria nada cientificamente, o que é uma abstração militante dessa história. (Orlandi, 1996 [2005, p. 75]).

Com a epígrafe com que iniciamos essa subdivisão e junto com Orlandi (1996 [2005]) damos visibilidade à Análise de Discurso que pratica a história e é por ela significada. A História ajuda a mostrar o movimento da língua e do conhecimento, deixando em suspenso e retornando depois, com a história nas análises. O surgimento de uma disciplina ou de uma tendência resulta de pesquisas que mostram funcionamentos, embates, deslocamentos, resistências, encaminhando para a reprodução ou para a transformação, relacionada também às memórias que as constituem e à história que a sustenta. A Análise de Discurso, segundo Pêcheux e Gadet (1977 [1998]), busca uma saída para fora do logicismo, do sociologismo e do historicismo em relação à formação social e às determinações jurídico-políticas, com vistas a incluir as massas.

O logicismo reproduz as determinações das classes dominantes por meio do aparelho do Estado, ampliando as desigualdades sociais e econômicas. Já o sociologismo, de acordo com os mesmos autores, recobre a questão do Estado, substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais, que dá visibilidade a indivíduos e a seus pares individuados. Assim como o logicismo, impede as transformações por ser uma disciplina positiva, que considera a língua como uma estrutura atemporal, garantida, conforme Pêcheux (1980 [1990]), pela estrutura do ser do pensamento. A terceira via é a historicista, centrada nos “riscos da fala”,

² Orlandi (2004, p. 38-39) define a discursividade como a supressão da exterioridade para que ela possa intervir na textualidade e considera que “o homem produz a realidade com a qual ele está em relação”.

que retorna às origens históricas, alicerçando-se em uma filosofia dialógica, em que dois sujeitos confrontam-se sob o terreno da máscara e do jogo verbal. Segundo Pêcheux e Gadet (1977 [1990]), essa tendência toma posição frente à luta de classes pela história, pelo modo de concebê-la.

Em face a estas três tendências, a proposta da Análise de Discurso, dentro da Linguística, consiste em não se constituir como uma quarta tendência, mas colocar em suspenso as alianças teóricas das duas tendências positivistas (logicismo e sociologismo) e da terceira, também, destacando o fato de que mudanças decorrem a partir de práticas políticas e de processos sócio-históricos que determinam filiações e as possíveis transformações das teorias linguísticas, fíncadas na formação social, na qual se dá o trabalho com a linguagem. A AD propõe-se como uma disciplina de interpretação, constituindo-se no entremeio de três campos disciplinares, sem acatar todos os pressupostos próprios delas, conforme destaca Orlandi (2002; 2004).

O Marxismo, a Psicanálise e a Linguística fazem parte do escopo da AD, mas essas alianças não ocorrem sem distanciamentos e questionamentos. Vale destacar, em relação ao não-recobrimento da disciplina, que a história das ideias se transforma a partir de processos ligados a momentos epistemológicos que legitimam a reprodução ou a transformação do conhecimento, considerando os sujeitos e as ideologias, no caso da Análise de Discurso, como um movimento de resistência a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. De acordo com Courtine (1981 [1999]), a perspectiva discursiva trabalha com a língua, que entra na ordem do discurso como línguas de Estado, de madeira, de ferro, de mármore e de vento, fazendo retornar e funcionar por meio de pré-construídos constitutivos da repetibilidade, comportando memórias lacunares pelo modo como trabalham e fazem funcionar discursivamente o acontecimento em discurso e na História como evento.

Esses movimentos mostram a autonomia relativa da língua, sinalizando para uma relação historicamente determinada entre o sistema linguístico e ‘o conjunto contraditório dos processos discursivos’. De acordo com Pêcheux (1975 [1997]) e Courtine (1981 [1999]), diante da autonomia relativa da língua, cabe ao analista uma tomada de posição, qual seja, a de ser linguista e, ao mesmo tempo, deixar de sê-lo, tendo em vista que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. (Pêcheux, 1975 [1997, p. 92]). A tomada de posição do sujeito passa, conforme Pêcheux (1975 [1997]), pela inscrição em formações discursivas, como regiões de saber e nos desdobramentos do sujeito em, pelo menos, dois: o sujeito com S, maiúsculo ou sujeito do saber, que funciona pelo interdiscurso, como a memória saturada como o espaço em que estão todos os saberes, os quais retornam a partir da filiação do

sujeito e do que o constitui e do sujeito locutor, como aquele que diz ‘eu’ e assume a responsabilidade pelo dizer.

Diante disso, entendemos que interdiscurso e memória discursiva não são da mesma ordem, tendo em vista que só parte dos saberes é acessível ao sujeito, mais precisamente, o que o constitui e inscreve em uma região do saber e ancora a posição-sujeito assumida. Trabalhamos com o funcionamento da memória como discurso *de* (interdiscurso) - eixo vertical - que sustenta e ancora o dizer e o discurso *sobre* (intradiscurso) – eixo horizontal – que seria o texto e o discurso em circulação. Segundo Indursky (2011, p. 68),

[...] a reflexão sobre a memória sempre esteve presente no quadro da Teoria da Análise do Discurso, muito embora nos textos fundadores essa nomeação ainda não tivesse lugar. Pensava-se sobre memória, mas sob outras designações, como, por exemplo, repetição, pré-construído, discurso transversal, interdiscurso.

Trata-se de diferentes nomeações que recobrem funcionamentos discursivos, mostrando como a memória se materializa no discurso. A autora destaca os funcionamentos do interdiscurso por meio de pré-construídos e as relações de parafraseamento. Venturini (2009) trata da memória como discurso de (rememoração) e discurso sobre (comemoração) como se pode ver abaixo

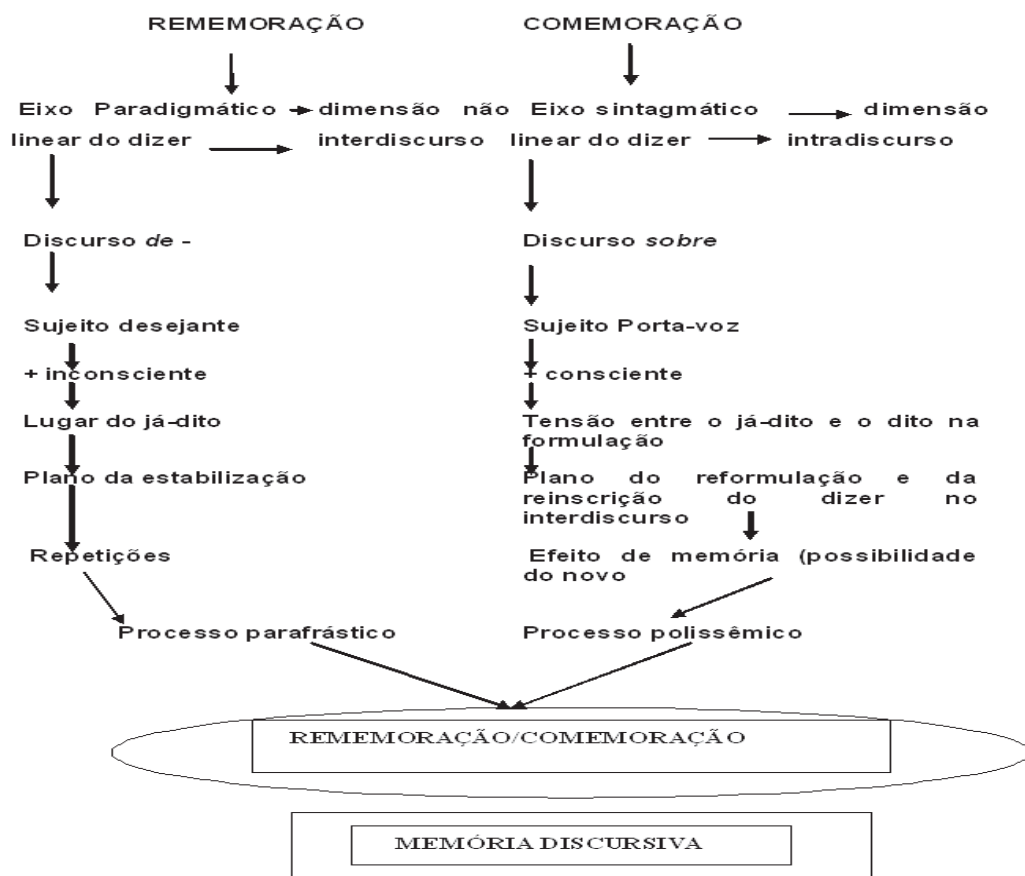


Figura 01 – Fonte: Venturini (2009, p. 101)

O que se pode ver, na síntese gráfica, é o funcionamento da memória como discurso *de* e o modo como ele ressoa, no eixo da formulação, considerando não um gerenciamento, mas um regime de repetibilidade, que constitui redes parafrásticas. Nessas redes, a repetição não significa o mesmo, de acordo com Pêcheux (1983 [2002]), e pelos domínios de memória que convoca e faz trabalhar, rompe com o já-dito e constitui efeitos de sentidos, que independem da intencionalidade do sujeito.

No discurso *de*, as redes parafrásticas mostram o que se repete, estabiliza e constitui memória, no sentido dado por Courtine (1983 [1999, p. 19]), se trata *de voz sem nome*, em que não há um sujeito que diga ‘eu’ e responda pelo dizer. O discurso *sobre* sinaliza para a tensão entre o já-dito e o dito na formulação, sinalizando para rupturas, equívocos ou alianças, que segundo Venturini (2009, 101), possibilitam o novo, por meio de processos polissêmicos. Importa dizer que, no discurso, não há como separar o discurso *de*, do discurso *sobre*, já que a memória comporta dizeres que ressoam no eixo da formulação e se sustentam, muitas vezes, pelo que está na história. No discurso, a língua não se manifesta “na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, que constitui o sujeito falante em sujeito do seu discurso e ao qual ele

se assujeita em contrapartida” (Courtine, 1981 [1999, p. 16]). A língua organiza o tecido discursivo, inscrevendo, pela sua relação com a história, os dizeres em distintos domínios.

Pêcheux (1983 [2002]) sublinha que esses domínios convocam e fazem trabalhar discursivamente a língua na história, instaurando efeitos de sentidos. O discurso constituído pela língua como lugar material da ideologia adquire funcionamento material a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Por essa interpelação e atravessamento, rompem com determinadas cadeias significantes de modo a instaurar o equívoco e, por ele, redes de sentidos, conforme discussões empreendidas por Pêcheux (1980 [2011]). Na leitura que Zandwais (2019) faz de Pêcheux, o dizer na propaganda funciona pela ideologia da simulação, ao fazendo progredir a arte de “anestesiá-las resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções faz certamente grandes progressos” (PÊCHEUX, 1980 [2011, p. 92]).

Podemos ilustrar esse funcionamento, citando as análises realizadas por Orlandi (2012) pelos dois enunciados “Brasil, país de todos” - governo Lula - e “País rico é país sem pobreza” - do governo Dilma, em que a pesquisadora discute o assujeitamento à posição sujeito presidente, pelos dois governos que se filiavam à esquerda e reproduziam uma posição sujeito constituída histórico-politicamente nas condições do século XIX, tendo como base de significação a república e o Positivismo (Apostolado, Filosofia) em seus discursos, um modelo já dado. Em decorrência disso ocorre o mascaramento das relações de classes pela língua de estado, por meio da produção de acontecimentos pela língua de vento, que apaga/inviabiliza os lugares de litígio, passíveis de instaurar a desestabilização. Essa prática impossibilita a luta de classes por deixar de lado tudo que possa redundar em uma possibilidade real de ruptura com as estruturas que promovem a divisão social.

A História e memória dentro e fora da Análise de Discurso

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge, como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] a condição do legível em relação ao próprio legível. (Pêcheux, 1983 [1999, p. 52])

É possível destacar a existência de um certo consenso em torno da memória, funcionando na Análise de Discurso e na história, assim como para o funcionamento da história na AD. Na aproximação e no distanciamento entre elas trazemos a epígrafe que dá visibilidade à interpretação como “condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1983 [1999, p. 52]). Vale repetir, junto com Nora (1992) que a história e a memória não são sinônimas;

ao contrário, opõem-se. A primeira é a reconstrução sempre incompleta do que não existe mais, e a segunda diz respeito ao que significa nas formações sociais, constituindo-se na ordem do vivido, como destaca Venturini (2009). A memória está em permanente evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento; diz respeito a grupos sociais e une os sujeitos desses grupos por laços identitários e de representação imaginária. A história tem vocação para o universal; nela, segundo Nora, há a voz de todos e a voz de ninguém, mas a memória é coletiva e se enraíza no que faz sentido na formação social, abrangendo grupos que se aglutinam em torno de laços identitários.

Veyne ([1971], 2008), Henry (1997), Rancière (1992 [1994]), Le Goff (1993 [2006]), Nora (1992), De Certeau (1990 [2003]), citando apenas alguns pensadores, concebem a história e, também a memória, como narrativas que se distinguem de outros discursos por focarem no que aconteceu, tendo como referente o passado, como tempo transcorrido. Le Goff (1978, [1993, p. 2]), pensando a nova história, divide-a em duas: a que “se faz no mundo, que os homens vivem, e aquela que os historiadores fazem”. A primeira é a que, apesar de estar condicionada a uma formação social, aos indivíduos interpelados em sujeitos, segue a ordem do vivido, do rememorado, e é tomada pela vontade de lembrar; busca no presente reconstituir o passado com vistas a transmitir ao futuro os valores caros à formação social. Trata-se como bem colocam tanto Henry (1984 [1997]) quanto Paul Veyne (1971 [2008]) e também Rancière (1992 [1994]), do fato de que a história interpreta o passado e o escreve a partir de um horizonte de expectativas, afastando a possibilidade de “cobrir, sem lacunas nem restos, a totalidade do campo que elas nos apresentam como sendo aquele do humano enquanto objeto de saber e das ciências”. (Henry, 1984 [1997, p. 30]).

Rancière (1992, [1994]) em “Os nomes da história: um ensaio da poética do saber” discute a homonímia inscrita no nome história, que encaminha ao mesmo tempo para a ciência e para o relato, colocando em suspenso a velha história “que se vangloriava de trazer toda a certeza de que ela era suscetível e a nova história, que trabalha não mais com certeza, mas com o que se repete. Com isso, racha com os três ídolos da velha história, quais sejam: o político, o cronológico e o individual. Com isso dá visibilidade à interpretação, em que o mesmo acontecimento se modifica, dependendo do lugar do historiador. Isso, no entanto, não significa abandonar o acontecimento e o documento, mas enfocar o que ele chama de “civilização material” e os fenômenos de “mentalidades”, ligados às constantes da atividade humana. Le Goff (1980 [1994]), com a *Invenção do cotidiano*, prioriza em dois volumes as necessidades básicas do ser humano, como o comer, o habitar, o produzir, o trocar, o transmitir, e o viver (rir, chorar, etc.), como artes do fazer.

A tarefa da história, segundo Rancière (1992 [1994, p. 12]), “seria seguir o movimento apenas sensível que arranca estas atividades à ordem da rotina para as lançar no universo da invenção”. O historiador, inscrito nessa nova visão de história, não a escreve a partir de nomes, mas de acontecimentos anônimos, por um fio que se liga ao passado e se reinscreve no presente pelo efeito de verdade e, com o futuro, pelo devir. Le Goff (1978 [1993]) sublinha que os historiadores que escrevem a história fincados no passado estagnado, fechado em si mesmo, ligado às continuidades temporais, desconsideram a memória e anulam a sua eficácia da memória.

Reiteramos, nessa perspectiva, que o hoje depende do ontem e projeta o futuro pelas temporalidades, por espaços de experiências e por horizontes de expectativas, segundo Koselleck (1979 [2006])³. Essas noções contribuem para a compreensão da história que se realiza como uma versão, segundo Veyne (1971 [2008, p. 25]) e isso significa destacar a organização, a valoração e a importância dos acontecimentos. O que foi importante em um passado, pode não sê-lo no presente, então,

[...] dado que não podemos fazer dizer à história mais do que dizem os documentos, apenas nos resta escrevê-la como sempre se escreveu: com as desigualdades do tempo que são proporcionais à desigual conservação dos vestígios do passado: abreviando, para o conhecimento histórico, é suficiente que um acontecimento tenha tido lugar para que seja bom sabê-lo. (Veyne, 1971 [2008, p. 25])

É assim que a história pode ser vista como lacunar e escrita a partir do tempo do historiador, que pode abarcar um século em dez páginas, e um dia, igualmente em dez páginas. A importância dos acontecimentos deve-se ao destaque e lugar dado pelo historiador, na escrita da história.

Veyne (1971 [2008]) coloca em suspenso a importância do acontecimento histórico e se pergunta se ela está no mesmo nível do interessante, colocando em suspenso, com isso, a importância histórica. Com isso, dá visibilidade à interpretação e a possibilidade, como dizemos em *Análise de Discurso*, a partir de Pêcheux, Orlandi e outros estudiosos, de os sentidos serem sempre outros. A condição importa pela história é, em síntese, de a narratividade que se pautar em um documento, e que a escrita apresente essas marcas e que elas possam ser averiguadas. Desse modo, uma possível aproximação com a *Análise de discurso* está na relação da história

³ O autor não vê como simétricos o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, mas para analistas de discursos é importante deslocar essas noções com vistas a considerar as condições de produção e a posição sujeito para compreender de que lugar o sujeito fala e que ideologias o interpelam.

como interpretadora da formação social.

Temos pensando, em função da história como interpretadora da sociedade e a sua responsabilidade no julgamento, como se ela fosse o juiz, a partir do enunciado “a história julgará”, que faz com que a história adquira relevância em relação ao tempo tridimensional, de que fala Catroga (2001, 2009), considerando-se que o historiador inscrito em um tempo presente olhe para o passado e prospecte um futuro, destacando-se a importância do olhar.

A Análise de Discurso trabalha a língua na história, funcionando pela historicidade que recobre os dados pela não separação entre “objeto/sujeito, exterioridade/anterioridade, concreto/abstrato, origem/filiação, produção/evolução” (Orlandi, 1996 [2004, p. 36]). Dentro desses pressupostos, refletimos acerca dos fatos de linguagem, de sua materialidade no aspecto linguístico e histórico. Discursivamente, a língua significa na história, instaurando acontecimentos por meio de práticas que existem e se constituem em discurso, como espaço em “que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (ORLANDI, 2004, p. 39).

O enunciado “A história julgará” serviu de mote para um trabalho realizado em 2019, em uma fala na UFSM, Grupo Pallind, em que abordamos a história como aquela que ‘sabe’, julga e, conforme Luís Fernando Verissimo, é uma velha senhora, não erra. Venturini (2020), em texto que resultou desse evento, diz que a repetibilidade sinaliza para discursos que ressoam em diferentes acontecimentos, os quais, pelo lado da História, significam como o que é verificável e ajuda na construção de narrativas, com a condição de que elas sejam verdadeiras, como assinala Veyne (1971 [2008]). Pelo viés da Análise do Discurso, as narratividades instauram redes de memória por meio de movimentos parafrásticos que repetem o mesmo e, possibilitam novos sentidos, considerando-se que conforme Pêcheux (1975 [1997, p. 160],

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em si mesmo, (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual, as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Destacamos, portanto, que as palavras, quando mobilizadas, entram na ordem do discurso e significam por meio de sujeitos, da inscrição desses sujeitos em formações discursivas, pelas posições que assumem diante de acontecimentos, dizeres e saberes, devendo-se considerar, também, as condições de produção, conforme Pêcheux (1969 [2019, p. 10]) “a relação da língua com a exterioridade, como constitutiva e não como complementar”. Para o autor

Condições de produção não é contexto, sentido não é conteúdo, o sujeito não representa a presença física de organismos individuais, mas posições na estrutura de uma formação social, constituídas por formações imaginárias que são projeções das formações ideológicas no discurso, através das formações discursivas.

Nessa direção, a história na Análise de Discurso, não demanda datação, nem acontecimentos comprováveis, mas efeitos de sentidos que instauram em sujeitos, retornando como memória como um discurso que vai fazer funcionar outros discursos que circulam na formação social e que demandam interpretação., sinalizando que “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para outro (Pêcheux, 1983 [1999, p. 53]).

Tempos de pandemia e o enunciado “a história julgará”

[...] o analista de discurso vai então trabalhar com os movimentos (gestos) [...] de interpretação do sujeito (sua posição) na determinação da história, tomando o discurso como efeitos de sentidos entre locutores. [...] são duas ordens que lhe interessam: a da língua e da história em sua relação. Que constituem, em seu conjunto e ⁴funcionamento, a ordem do discurso em sua materialidade. (Orlandi, 1996 [2004, p. 49]).

A aproximação entre a Análise de Discurso e a História, recortando as noções de memória e de história é relevante por dar visibilidade ao sujeito-analista e ao sujeito-historiador como interpretadores de tempos e de espaços e de, nas duas práticas, considerar a incompletude e a valoração do lugar e do tempo de quem interpreta, realizando ‘gestos’ que possibilitam que o dizer entre na ordem do discurso, conforme nos alerta Orlandi (1996 [2004, p. 49]). Interpelados por esse gesto e por essas aproximações, é que retornamos com o enunciado a “história julgará”, funcionado em diferentes acontecimentos que podem ser analisados pelo viés da Análise de Discurso e, também, pela história, recortando a memória e a própria história.

Bloco 01: Diretor da OMS, dia 25 de março de 2020⁵

⁵<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/03/25/questionado-sobre-bolsonaro-diretor-da-oms-diz-que-covid-19-e-muito-seria> acesso em 05 de outubro de 2020

O primeiro bloco tem como um dos sujeitos envolvidos o diretor da OMS, Tedros Adhanom, durante entrevista coletiva em Genebra sobre o novo coronavírus, em março de 2020, no auge da crise da saúde e das constantes manifestações do presidente no sentido de minimizar a pandemia e de defender o isolamento horizontal, sinalizando que a economia tem prioridade em relação à segurança e à saúde. A reunião foi motivada pela criação de um Plano de Resposta Humanitária Global contra os efeitos do novo coronavírus. Estiveram presentes à reunião entidades internacionais subordinadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas (Unicef).

Um jornalista brasileiro questionou o diretor da OMS sobre as afirmações de Bolsonaro de que o COVID19 se assemelha a uma ‘gripezinha’. O que se pode dizer, de início, é que o diretor da OMS não cita diretamente o presidente brasileiro, mas diante das condições de produção e entre o muito do que não está dito, ressoa os embates no Brasil entre o representante do poder executivo e o ministro da saúde.

A resposta de Tedros Adhanom vai em direção da generalidade, mas não minimiza as consequências do comportamento do brasileiro, diz que a COVID19 é muito séria, podendo-se construir as seguintes redes parafrásticas:

1. Não é uma gripezinha,
2. Deve ser tratada com o devido cuidado,
3. Os governantes precisam dar uma resposta às comunidades, buscando soluções
4. A Organização Mundial da Saúde, pela legitimidade dada pelo lugar de fala, exige que todos os países tomem as medidas sanitárias adequadas ao momento.

SD 01: Questionado sobre Bolsonaro, o diretor da OMS diz que COVID-19 é ‘muito séria’ (25 de março de 2020).

SD 02: "A história nos julgará sobre como responderemos às comunidades mais pobres em sua hora mais difícil", afirmou Adhanom.

Quando diz, na SD 01, que a COVID19 é ‘muito séria’, o diretor da OMS diz que ‘não é uma gripezinha’, que não se trata de fazer um isolamento vertical, mas de tomar medidas cabíveis. A sustentação para essas interpretações vem de um discurso *de*, como memória que ressoa e preenche as lacunas, dizendo sem dizer, simulando a ausência de interpretação. Há, também, uma memória histórica, calcada em ideologias que sinalizam para a transparência, a partir da qual se pode ler/interpretar/compreender, nos sentidos dados por Orlandi (1996

[2004]) de que o ‘povo’, podendo-se dizer ‘as massas’, precisa produzir, gerar lucro ou como diz Bolsonaro, ‘trabalhar’.

Se fôssemos analisar esta SD pelas lentes da História, tomaríamos o acontecimento da reunião, seus objetivos, datas, participantes e pautas e, como historiadores, se fosse no presente, construiríamos uma narrativa, que é real porque documentada e aconteceu. Daqui a muitos anos, iríamos construir uma versão, porque o sujeito-historiador de então, não teria vivido/presenciado/testemunhado o acontecimento.

Já a SD 02 coloca in presença, como discurso *sobre*, o enunciado “A história julgará”, levando-nos a significar a história como aquela que acerta, é exata e verdadeira e tem compromisso com a veracidade. Essa é uma memória que ressoa e instaura efeitos, mesmo considerando que o sujeito-historiador ‘olha’ para o acontecimento a partir de um ‘horizonte de expectativas’ e uma experiência, conforme nos diz Kosseleck (1979 [2006]). Não há, textualmente colocada, uma crítica direta a Bolsonaro, mas a todos “a história nos julgará pelo modo como responder às comunidades mais pobres em sua hora mais difícil”, diz sem dizer que o presidente brasileiro, o presidente Trump e outros líderes podem agir como quiserem, mas vão responder por suas tomadas de posição.

Bloco 02: Mandetta - 13 e 14 de maio de 2020⁶

Neste segundo bloco, o sujeito que diz “eu”, e se assume como locutor, é Luiz Carlos Mandetta, já como ex-ministro da saúde. Desse lugar ele pode se colocar sem muita isenção e dizer o pode/deve dizer. No entanto, ainda que tenha saído do governo, não é possível dizer que ele se desidentificou da formação discursiva do presidente Bolsonaro, ou pelo menos do lugar de filiação do presidente. Ocorre a contraidentificação, conforme diz Pêcheux (1975 [1997]), o distanciamento entre a posição-sujeito e a forma-sujeito em que ele se filia. Mandetta, não mais ministro, mas ainda médico, assume a defesa do isolamento vertical e defende a saúde pública e o SUS.

SD 03: A história vai julgar Bolsonaro, diz Mandetta em entrevista à BBC inglesa.

SD 04 “A história vai dizer quem estava certo e quem estava errado”.

⁶<https://eassim.com.br/mandetta-afirma-que-historia-julgara-quem-errou-e-que-surto-no-brasil-apenas-comecou/> acesso em 05 de outubro de 2020.

SD 05 Mandetta afirma que história julgará quem errou e que o surto no Brasil apenas começou.

As SDs 03, 04 e 05 mobilizam o enunciado “A história julgará”, entendendo-se que funciona desde o interdiscurso, como um saber que não tem, conforme nos ensina Courtine (1982 [1999]), um sujeito que lhe seja próprio. O discurso *de* (memória/interdiscurso) inscreve os saberes que sustentam o dizer que passa a funcionar como o já-dito e sabido que sustenta o discurso *sobre* (eixo da formulação). A memória discursiva que comporta saberes de uma formação discursiva possibilita identificar que domínios de memória ressoam e começam a trabalhar para que a História possa funcionar como juiz, por meio uma metáfora, que aproxima História e juiz, como se os dois se recobrissem.

É possível compreender que a História, tendo em vista o distanciamento temporal do acontecimento possa julgar com isenção, assim como o juiz, que não toma partido e, de acordo com os saberes constitutivos do que seja juiz, o julgamento não mostra o envolvimento ou comprometimento. Assim, a história vai julgar Bolsonaro e vai dizer quem estava certo e quem estava errado e, pelas condições de produção do dizer, podemos interpretar que Mandetta considera que quem estava certo era ele – ministro da saúde – e quem estava errado era o presidente – que não era médico, mas se colocava como se legitimamente pudesse dizer que remédios deveriam ser tomados, se era ou não necessário distanciamento e que tipo de distanciamento deveria ser praticado.

Mandetta mobiliza esse enunciado para dizer que a “história julgará” quem errou e que o surto no Brasil apenas havia começado, em maio de 2020. As redes de memória se constituem por meio do certo e do errado e quem errou, deixando de dizer ‘quem acertou’. A legitimação e ancoragem do ex-ministro para colocar nesses termos o julgamento tem origem na sua posição-sujeito, como médico, a quem cabe falar de saúde, dizer qual o melhor medicamento e zelar pela saúde pública. Então, o enunciado “a história julgará” sustenta um dizer sedimentado e lacunar, podendo-se ler/compreender/interpretar que o errado é aquele que não tem legitimidade como médico e que vai na contramão, pode-se dizer da história, tendo em vista o não-seguimento das ordens médicas, vistos pelo não uso de máscara, pela aproximação com as pessoas (apertando a mão, abraçando) e pelas declarações sobre que remédio deveria ser prescrito.

Bloco 03: Jornalista (identificado como certo jornalista de Porto Velho) e m - 22 de setembro de 2020⁷

O terceiro bloco estrutura-se por dois enunciados que repetem “A história julgará” e o sujeito que enuncia é um jornalista não nomeado. Ele é designado como ‘um certo’, de Porto Velho. A matéria apresenta, além do texto escrito, uma imagem de um homem de camisa branca e com os olhos vendados, o que pode encaminhar para três efeitos de sentidos, um que é o homem e como a justiça, o juiz que ressoa no enunciado “a História julgará” que não olha quem é o julgado e outro, em que se pode interpretar o homem como um sujeito que percebe o que está acontecendo na formação social e outro ainda, indicando como possível efeito de sentido, que o homem está de tal forma investido na defesa do presidente, que não ‘vê’ e nem julga com isenção.

SD 06: A história julgará os gestores anticiência, e não a OMS, pela má conduta pública na pandemia do coronavírus!

SD 07: [...] a história julgará a Organização Mundial da Saúde pela dubiedade, quando não pela condução equivocada, do enfrentamento da pandemia do coronavírus, em especial no que diz respeito à prescrição da cloroquina ou da hidroxicloroquina para tratamento da COVID-19 desde o início da manifestação dos sintomas da doença.

As SDs 06 e 07 destacam, assim como as demais, o enunciado “a História julgará”, mas vão em outra direção, apresentando dois lados: o dos gestores anticiência e da Organização Mundial da Saúde. Ocorre, nessas SD’s, a contradição em torno da História como julgadora, apagando e colocando em suspenso a relação metafórica entre História e Juiz, instaurando efeitos de sentidos de que o julgamento não é isento e nem se realiza às cegas. A História, de acordo com o jornalista, julgará os gestores anticiência e não vai julgar a OMS pela má conduta pública na pandemia do coronavírus.

O alvo do julgamento da História é a OMS que agiu com dubiedade, de forma equivocada e condução inadequada da pandemia. O argumento é a não prescrição da cloroquina ou da hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19. O jornalista apaga/esquece as discussões em torno dessas medicações, filiando-se à formação discursiva do presidente e agindo de forma

⁷<https://f1noticias.com.br/colunas/pela-politica-nossa-de-cada-dia/2020/09/a-historia-julgara-os-gestores-anticiencia-e-nao-a-oms-pela-ma-conduta-publica-na-pandemia-do-coronavirus/>, acesso em 06 de outubro de 2020.

análoga em relação a medicamentos, que deveriam ser receitados por médicos e não por jornalistas ou políticos, mesmo que o político seja o presidente da República.

Efeitos de conclusão

O texto colocou como objetivo a discussão em torno da história e da memória em dois campos disciplinares: a Análise de Discurso e a História para verificar quais são as aproximações e quais são as diferenças entre esses dois campos disciplinares. Entendemos que tanto a AD quanto a História são disciplinas de interpretação e se realizam a partir de sujeitos, funcionando dialeticamente, já que de acordo com Venturini (2020, p. 32), “ela tem origem em sujeitos e encaminha-se para sujeitos” e, segundo Catroga (2009), além de ser escrita por sujeitos é também lida por sujeitos.

A História e a Análise de Discurso aproximam-se também por se realizam a partir de sujeitos, os quais antecipam-se aos seus interlocutores e colocam-se no lugar em que eles ouvem/leem/interpretam/compreendem o dizer. O analista de discurso interpreta a partir de posições sujeitos e os sujeitos historiadores o fazem considerando um horizonte de expectativa, nos termos de Kosseleck (1979 [2006]), construindo em relação ao acontecimento, uma versão o mais próxima possível do documento que atesta a veracidade do evento. O analista de discurso pauta-se nas condições de produção e busca os efeitos de sentidos, sem comprometer-se ou colocar em suspenso a existência ou não de um documento ou acontecimento inscrito no vivido. A “História julgará”, portanto, funciona pela memória que ressoa e inscreve o dizer em uma ordem do discurso.

Referências

CATROGA, F. (2009). *Os passos do homem como restolho do Tempo*. Memória e fim do fim da História. Coimbra: Edições Almedina.

COURTINE, J.J. (1982 [1999]). O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In INDURSKI, F.; FERREIRA, M.C.L. *Os múltiplos Territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre/RS: Editora Sagra Luzzatto, pp. 15-22.

CERTEAU, M. (1975 [2006]). *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HENRY, P. (1984 [1997]) A História não existe? In: Orlandi, E. (Org.) *Gestos de leitura: da História no Discurso*. 2ª. Ed. Campinas/SP. Editora da Unicamp, pp 29-52.

KOSELLECK, Reinhart (1979 [2006]). “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In.: *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro: Contraponto. pp. 311-337.

ORLANDI, E. (2005). A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos/SP: Claraluz, pp. 75-88.

_____. (2002). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores.

_____. (1996 [2004]). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes Editores.

_____. (2010). *Discurso e práticas políticas urbanas: a fabricação de consenso*. Campinas/SP: RG Editora.

_____. (2012). *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. (1975 [1997]). *Semântica e discurso: uma crítica afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1969 [1997a]). Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 59-158.

_____. GADET Françoise. (1977 [1998]) Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo? Série Escritos 03, Discurso e Política. Laboratório de Estudos Urbanos, LABEURB- NUDECRI.

_____. (1980 [1999]). Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução de Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999, p. 49-51.

_____. (1981 [2009]). O estranho espelho da Análise do Discurso. In.: COURTINE, Jean-Jacques Courtine. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pêcheux. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, pp. 21-26.

_____. *Análise Automática do discurso*. (20019) Trad. Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas/SP: Pontes Editores.

RANCIÈRE, J. (1992 [1994]). *Os nomes da história: um ensaio da poética do saber*. Trad. Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: Educ/Pontes.

VENTURINI, M. C. (2009). *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo/RS: Editora da UPF.

_____. (2020) A história e as polêmicas no/do político. In; PETRI, Verli; GUASSO, Kelly, COSTA, THAÍS; Freitas, Francine (Orgs). *Dicionários em análise: palavra, língua, discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, pp. 15-35.

VEYNE. P. (1978 [2008]). *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Coimbra/PT: Edições 70 – Ed. Ver. (Lugar da História 20).

ZANDWAIS, Ana (2019). Possíveis leituras de "Foi propaganda mesmo que você disse?", de Michel Pêcheux. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 14. n. 22, pp. 69-79.